

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso ..... C-PEM/98

Partido .....

Solução do P-III-7 (Mo) Monografia

Apresentada por

..... CESAR SIMÕES DE SOUZA

..... Coronel Av

..... NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19.98.....

MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL



- A NOVA DIVISÃO NORTE-SUL -

CESAR SIMÕES DE SOUZA  
Coronel Aviador

MB-EN  
BIBLIOTECA  
31/08/2000  
N.º 5.157

DE SOUZA, Cesar Simões, 1950

A NOVA DIVISÃO NORTE - SUL / Cesar Simões de Souza

Rio de Janeiro: EGN, 1998

P. 58

Monografia: C-PEM, 1998

BIBLIOGRAFIA: p. A1/A5

1. Um Mundo em Transformação. 2. A Nova Ordem Mundial em Questão. 3. Os Novos Rumos Internacionais. 4. Conclusão. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

#### EXTRATO

O trabalho inicia-se com a apresentação do cenário mundial, desde a 2ª Guerra Mundial, até o Pós-Guerra-Fria, com o propósito de identificar as configurações flutuantes do desequilíbrio NORTE-SUL.

Em seguida, estuda o fenômeno da globalização, os blocos econômicos regionais e a forma de inserção do Brasil no comércio internacional.

Através de uma análise do domínio tecnológico das grandes potências, apresentam-se as condições que são impostas aos países da periferia.

Ao final do trabalho é apresentada a segurança coletiva regional, como forma de defesa para seus membros, baseada em um ambiente de cooperação e confiança mútua e a atuação da Marinha no atual cenário mundial.

Tema: A Nova Divisão Norte-Sul.

Tópicos a Abordar: - Política das Grandes Nações em relação ao Sul;

- Os blocos econômicos;
- O domínio tecnológico;
- Possíveis interesses em conflito;
- A defesa nesse contexto e o papel da Marinha.

Proposição: Analisar as alterações na Ordem Internacional, Pós-Guerra-Fria, estudando a política das grandes nações em relação ao Sul e a conjuntura, com ênfase para a formação de blocos econômicos. Identificar as tendências futuras do domínio tecnológico das grandes potências, os possíveis interesses em conflito e o posicionamento do Brasil com os novos rumos do comércio internacional. Analisar os aspectos de segurança relacionados com a conjuntura Pós-Guerra-Fria, bem como o papel da Marinha no atual contexto.

Nº de palavras: 10.827



## SUMÁRIO

	PÁGINA
Introdução.....	
CAPÍTULO 1 - UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO.....	1
SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
SEÇÃO II - A NOVA ORDEM INTERNACIONAL .....	
PÓS-GUERRA-FRIA.....	6
CAPÍTULO 2 - A NOVA ORDEM MUNDIAL EM QUESTÃO.....	14
SEÇÃO I - O CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO.....	14
SEÇÃO II - OS BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS..	17
SEÇÃO III - O BRASIL: INTEGRAÇÃO COM O .....	
COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	26
CAPÍTULO 3 - OS NOVOS RUMOS INTERNACIONAIS.....	36
SEÇÃO I - O DOMÍNIO TECNOLÓGICO .....	36
SEÇÃO II - AS NOVAS DIMENSÕES DE SEGURANÇA.	42
SEÇÃO III - A ATUAÇÃO DA MARINHA.....	47
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO.....	54

## INTRODUÇÃO

Várias são as formas de estudarmos as profundas transformações por que passa o mundo neste final de século e as complexas mudanças históricas. Entretanto, é possível examinarmos a direção que segue uma nova ordem mundial, distinta da que se impôs durante a Guerra-Fria, a qual ainda não se encontra totalmente delineada.

As transformações decorrentes das deformações da ordem internacional, impostas pelo final da Guerra-Fria caracterizaram a identificação com rapidez dos atores mundiais relevantes, das estruturas econômicas e políticas emergentes e dos processos de sua evolução, permitindo a visualização de como esse novo ordenamento irá encontrar as soluções para as questões centrais da agenda internacional.

O presente trabalho tem como propósito apresentar as alterações na nova ordem mundial e a conjuntura decorrente, em consequência do final da Guerra-Fria. Também são objetivos, o estudo do fenômeno da globalização, a necessidade da estimulação aos mercados emergentes de integração regional, em função da imposição dos centros do poder, em sua exclusão dos processos de competitividade, como também o posicionamento do Brasil, e sua inserção no cenário do comércio exterior.

A atual instabilidade mundial, em função do colapso do comunismo, e a vitória da Lei de Livre Mercado têm nos

levado a uma economia sem fronteiras e altamente interdependente, incentivando a cooperação e desencorajando a guerra.

A transformação da economia internacional está acontecendo a um ritmo impressionante e de maneira contraditória, à medida que forças poderosas estão dando nova forma ao sistema político e econômico, além de só dar assento e voz ativa nas discussões internacionais àqueles que dominam tecnologias de ponta.

Em função dos grandes desafios propostos, pela agenda internacional contemporânea, em uma economia cada vez mais globalizada, mostrando a necessidade de adaptação rápida à nova hierarquia internacional existente, em uma competição imperfeita, para favorecer os detentores de grande capital e tecnologia, que passam a reger o mercado mundial.

Como resultado da necessidade de compatibilização com o processo de globalização, as iniciativas regionais têm procurado estruturar-se, de modo a se tornarem competitivas, com a de integração ao mercado global, evidenciando um crescimento nos fluxos comerciais e de investimentos.

Nesse contexto fluido de mudanças do regime internacional e dos paradigmas nacionais, as iniciativas de integração por subconjuntos de nações, que enfrentam desafios semelhantes, fortalecem suas defesas de ataque de países extrablocos.



Este trabalho, a partir de considerações sobre o novo ordenamento dado às relações internacionais, procura demonstrar a importância da Marinha nesse novo contexto e de estar capacitada a enfrentar os novos desafios que se apresentam, optando pela compreensão da importância da "diplomacia armada", largamente empregada em situações de crise, e finalmente são apresentadas algumas conclusões.

## CAPÍTULO 1

### UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

#### SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O final da Segunda Guerra Mundial marcou a história de vencedores e derrotados, mostrando uma Europa destruída e o Japão arrasado no Extremo Oriente; dentre os vencedores surgem como grandes potências: os Estados Unidos (EUA), dominando o Ocidente democrático; e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS), liderando o bloco comunista.

Essa guerra demonstrou, claramente, que seria insustentável uma nação contar apenas com suas forças para fazer frente às várias ameaças externas; e também que os recursos financeiros envolvidos para mantê-las seria inviável.

Os resultados políticos marcaram de forma clara o surgimento de suas grandes potências mundiais, o EUA e a URSS. A Alemanha foi eliminada como uma grande potência. O Japão, entregue ao EUA, para sua reconstrução. A França e a Inglaterra, reconhecidas como grandes forças, estavam bem mais fracas do que antes da guerra. A Itália, participando no final da guerra, também apresentava sintomas de desgastes. Basicamente o Continente Europeu apresentava apenas, a URSS, como uma grande potência ascendente. Apesar

das perdas e enormes gastos durante a guerra, apresentava grandes dificuldades em sua estruturação, e marcava a queda da Alemanha, pondo fim à sua supremacia na Europa.

Às relações internacionais, após a Segunda Guerra Mundial, levaram os países a considerarem como ponto de partida para um novo ordenamento, houve consultas às grandes nações que pouco se arranharam e desenharam uma forma de conduta para os outros países. O físico OPPENHEIMER caracterizaria o confronto da Política Internacional, tomando a imagem de dois escorpiões dentro de uma garrafa. Implantando-se, assim a "Guerra-Fria", termo que alguns atribuem a Raymond Aron, com os EUA contestando o monopolismo do comunismo, e a União Soviética apresentando-se como um estado revolucionário, reprovando o capitalismo.

Esse período, marca com grande intensidade, uma forma de guerra psicológica, fazendo uso intensivo de propagandas, mesmo em períodos de cessação de hostilidades. Esse tipo de guerra, que tradicionalmente chamou-se de "Guerra de Palavras", trouxe efeitos desastrosos na consecução de entendimentos e acordos de paz.

Uma outra consequência importante, nesse momento inicial da nova fase mundial, foi o surgimento, no âmbito das nações, de sentimento de nacionalismo e certa coesão entre eles, principalmente no Extremo Oriente, Oriente Médio, África e a América Latina.

Na política, o progresso da técnica e a difusão dos conhecimentos tomavam novo corpo com a "bomba-A" e logo após a "bomba-H", que passa às mãos de outros países de menor importância no contexto mundial, principalmente àqueles que já compartilhavam da ideologia russa. Esse fato veio levar à Primeira Assembléia da ONU, em 24 de janeiro de 1946, à aprovação, por quase unanimidade da criação de uma Comissão de energia Atômica, autoridade supranacional para controle de toda a produção de materiais radioativos.

A URSS rejeitou drasticamente essa decisão, veto este de Andrei Gromiko, pois os russos estavam em fase final de desenvolvimento e prestes a conseguir seu primeiro petardo.

A corrida armamentista aumentava de intensidade, à medida que os governos de Washington e Moscou investiam enormes somas financeiras no aperfeiçoamento de armas. Essas armas pouco ou nunca usadas, em virtude da própria característica da guerra travada, em avanços e recuos, o que era uma constante durante a bipolaridade da Guerra-Fria.

Em 1954, a OTAN propõe a criação da chamada "Coexistência Pacífica", através de uma mobilização ocidental; o que na prática era um pacto europeu de segurança, com duração de 50 anos, com objetivo de desmobilização de toda e qualquer organização militar, nos dois campos de maior poder. Proposta essa não aceita pelos

EUA, pois acreditavam que as medidas em pouco reduziriam as forças do lado soviético.

Em virtude da não aceitação pelos americanos da "Coexistência Pacífica", é criado em 15 de maio de 1955 o Pacto de Varsóvia, criando-se, assim, um sistema de defesa dessa mesma Europa Ocidental.

A OTAN consolidava um bloco coeso, nessa bipolaridade, mantendo-se atenta à presença maciça da URSS, no setor leste do Continente Europeu.

Um dos aspectos que se faz necessário comentar é a característica continental das linhas de comunicação, do Pacto de Varsóvia, contrastando com aspectos de caráter marítimo da OTAN.

Com esse novo cenário implantado, as preocupações da Organização das Nações Unidas (ONU), como organismo internacional reconhecido e de peso, respaldadas pelas cinco grandes potências, voltam-se para evitar que as duas superpotências extrapolassem a Europa e dividissem o mundo em zonas de influência, conforme previa TOCQUEVILLE, em 1835.

Além do desenvolvimento dos armamentos, os países investiam em tecnologia, já buscando o espaço sideral, com a "LUNIKS" dos russos, capazes de escapar da atração terrestre e contornar a Lua, levando no seu bojo, seres vivos, como a cachorrinha Laika, antecedendo às viagens



espaciais, cujos pioneiros seriam o russo Gagarin e o americano Sheppard.

Em 27 de janeiro de 1967, é assinado o Tratado de Utilização Pacífica do Espaço, pelas duas superpotências, pois a corrida espacial era fato consumado com a chegada do homem à lua.

Apesar da assinatura do Tratado, a corrida pela sofisticação dos satélites e sua multiplicação marcava, gradativamente, o início de missões militares com a intenção de espionagem de ambas as partes, transformando o sistema espacial em um verdadeiro campo de batalha.

Com a intenção de pôr fim às vulnerabilidades de seus sistemas estratégicos, os EUA criam o Strategia Defense Initiative (SDI), ante a ameaça do Intercontinental Ballística Missile (IBM) dos russos, surgindo, assim, a popularizada "Guerra nas Estrelas", criando-se um ambiente de equilíbrio de poder e relativa estabilidade na conformação mundial.

Esse período transcorreu em relativa calma, pois a dissuasão e a deterrência foram palavras de ordem, no convívio entre as nações.

Às voltas com problemas internos na URSS, em especial, o fracasso do ponto de vista econômico, da política liberalizante da Perestroika, Mikhal Gorbachov pouco ou nada pôde fazer para opor-se a essa situação, rompendo-se, assim, o equilíbrio das forças sustentadas do bipolarismo

na cena da política internacional, redundando na queda do Muro de Berlim, evento marcante do fim de uma era, a partir do qual começava a se definir uma Nova Ordem Mundial.

Com as fraquezas apontadas pela URSS, na sua sustentação militar, em 1993, Bill Clinton anunciava que os Estados Unidos renunciavam à realização do programa SDI, levando o Pentágono a um programa mais apurado, o Global Protection System (GPS), como forma de proteção contra possíveis acidentes nucleares.

Essa preocupação americana, em função do esfacelamento de URSS, foi quando à partilha do arsenal nuclear dessa ex-potência mundial, entre os países que se tornavam independentes, com domínio da tecnologia nuclear.

## SEÇÃO II - A NOVA ORDEM INTERNACIONAL PÓS-GUERRA-FRIA

Com o final da Guerra-Fria, a intenção dos atores do Sistema Internacional tomou novo rumo, em função do fim das relações, baseadas na bipolaridade ideológica, decorrente da preeminência das duas grandes potências durante aquele período histórico.

Um dos pontos marcantes desse panorama é o da indefinição, pois do final da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 80 havia uma certa previsibilidade, pois os atores eram perfeitamente identificados e podia-se, com certa margem de acerto, saber suas intenções.

Nesse período, também caracterizado por uma certa dose de estabilidade em relação aos pólos de poder e as questões de segurança, ocorria uma série de transformações, obedecendo a uma dinâmica de regras perfeitamente conhecidas. O Leste e o Oeste representados, pelo EUA e pela URSS, serviam de referenciais à compreensão de qualquer assunto internacional, até mesmo àqueles relacionados com o debate Norte-Sul, isto é: entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, à época assim denominados.

A ruptura da ordem internacional estruturada trouxe no Sistema Internacional, gerada de distorções entre as Nações, acentuados fatores de desestabilização que têm impacto nas estruturas mundiais consolidadas em instrumentos como a carta das Nações Unidas e outros documentos aceitos universalmente.

O mundo, antes caracterizado como bipolar, passa a uma situação de polaridade indefinida, com preponderância dos Estados Unidos, não só pela envergadura de sua economia, e sim, marcadamente pela sua expressão militar, tornando-se, assim, a única potência mundial, com capacidade de intervir decisivamente quando e como lhe convier em qualquer lugar do planeta.

Esse desenho, que ora se apresenta, vem de disputas no campo político, movidos pela ideologia e que, com muita freqüência tinha muito pouco a ver com reais interesses e

necessidades dos EUA e URSS. As aspirações dos líderes políticos de ambos os países estiveram, de forma perfeitamente coerente, ligadas às suas aspirações imperiais. Uma expansão da própria esfera de influência de um era justificada por elevados objetivos ideológicos, enquanto qualquer sucesso em sua expansão global, tornava-se uma prova de virtude, da ideologia escolhida. Além da garantia os EUA e URSS de terem uma posição destacada no Sistema Internacional.

Para dar suporte a essa expressão conseguida, no cenário mundial, a URSS investiu maciçamente na pesquisa e desenvolvimento, fazendo com que suas indústrias trabalhassem, quase que totalmente voltadas para a sua defesa. Assistimos, assim, uma corrida à militarização, que afetavam cada vez mais às sociedades, e isto só foi verificado, quando foram desmanteladas as enormes máquinas de guerra construídas em décadas recentes.

Os aliados das superpotências também receberam forte impacto dessa influência. Tiveram que pagar por sua parte do preço da deformação do Sistema Internacional, pois EUA e URSS lhes exigiram rígida disciplina e submissão, em nome de seus interesses mais altos, formados por suas ideologias.

Entretanto, esses parceiros, não obtiveram só perdas, pois aproveitando-se da obsessão das grandes potências, com a intensa corrida armamentista e rivalidade global, puderam



resolver alguns problemas de ordem econômica e desenvolvimento tecnológico, fortalecendo suas posições no cenário mundial.

O preço pago pelo desenvolvimento para alguns dos aliados também foi extremamente alto, pois enquanto um conflito americano - soviético era perigoso demais e, portanto evitado os conflitos militares, com envolvimento direto ou indireto das superpotências, nunca pararam. Em alguns casos, como na Coreia, Oriente Médio, América Central, Sudeste Asiático e Afeganistão, os conflitos acabaram se transformando em guerras sangrentas, que ceifaram milhões de vidas humanas.

No campo político a situação também não foi muito diferente, pois causou impacto negativo, principalmente naqueles que começaram a estabelecer sua condição de Estado, não dispendo de instituições políticas estáveis, que pudessem resistir às pressões externas dominantes. O desenvolvimento interno dos países do Terceiro Mundo foi totalmente distorcido pela extrema militarização da sociedade, no crescimento desproporcional das defesas militares pelos países mais pobres e a excessiva participação de militares na política. Numerosos golpes militares eclodiram, assim como o avanço de ditaduras, principalmente na Ásia, África e na América Latina.

Adicionalmente, a Guerra-Fria, em geral, fomentou uma atitude de indulgência, se não de estímulo para os regimes



autoritários, permanecendo o estado das relações internacionais numa situação de flutuações de tensões, impondo-se a ameaça, se não à guerra, como um importante instrumento da política.

As forças de autopreservação junto à sociedade e aos políticos crescem em virtude de acumulação dos estoques de armas de destruição em massa, perigo esse iminente que se previa quando as hostilidades alcançassem patamares insustentáveis.

Podemos considerar que, hoje, não existem paradigmas que se suportem como fontes de referências seguras, buscando pólos que possam interagir de maneira a se conseguir novos caminhos, mas, que numa primeira etapa terão que superar conflitos implícitos nas disputas de interesses.

A soberania dos Estados, obedecendo aos ditames da agenda internacional, passa por momentos de inquietação, haja vista um novo quadro estratégico que se apresenta com a inserção da federação da Rússia na OTAN.

Após, aproximadamente, cinco meses de intensas negociações entre os governos da Rússia, Estados Unidos e demais integrantes da OTAN, chegou-se à assinatura da ATA Fundacional, como foi chamado o documento de dezesseis páginas, criando efetivamente a base para a construção de uma Europa pacífica, integrada e democrática. Os pontos essenciais do documento referem-se à criação de um conselho

comum entre a Rússia e a OTAN, na qual Moscou não terá direito a veto, nem a voto; à proibição da instalação de armas nucleares nos territórios dos novos estados admitidos; à adoção de mecanismos de consulta e à cooperação em caso de crise.

Percebe-se, claramente, que a Rússia cedeu após ter resistido ao máximo. Conseguiu afastar a ameaça nuclear que mais lhe atormentava e vetou, pelo menos por enquanto, a inclusão das ex-repúblicas soviéticas Lituânia, Letônia, Estônia (estados Bálticos), Ucrânia e Bielo-Rússia. Com estes dois últimos estados o Kremlin assinou acordos separados de paz.

O argumento financeiro também pesou na decisão: Washington se comprometeu a concentrar mais esforços na liberação dos investimentos americanos para a combalida economia russa.

A Ata fundamental de Paris, de maio de 1997, entrou na galeria dos fatos históricos mais importantes para o sepultamento definitivo da Guerra-Fria, junto com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, o esfacelamento da URSS e a dissolução do Pacto de Varsóvia, em julho de 1990.

Em teoria, dirão alguns, isto é verdade, porém os conflitos regionais europeus podem aflorar disputas que, por certo, perturbarão o sono de muitos Chefes de Estado. Os quatro anos de guerra na ex-Iugoslávia, entre sérvios, bósnios e croatas, provaram que nem todas as comunidades

étnicas estão prontas para o convívio pacífico sob um mesmo teto democrático e moderno. Ainda, na região balcânica, o caos na Albânia, país mais pobre da Europa, revela as heranças econômicas cruéis impostas aos povos após a derrubada dos regimes comunistas. Portanto, novos problemas sociais, econômicos, políticos e étnicos estão surgindo e provocando riscos iminentes da guerra civil localizada. Para enfrentar estes desafios, os europeus têm optado pela sua união militar e política, com implicações econômicas.

As intenções de Clinton em relançar um novo Plano Marshall contra a pobreza, fome e caos na Europa são as melhores possíveis. Aproveitando as comemorações relativas aos 50 anos do Programa de Reconstrução Européia, destinado a reativar a destroçada economia européia da pós-guerra, o presidente americano lançou a proposta, em Haia, na Holanda, para que os ocidentais apoiassem financeiramente os países do Leste Europeu, que atravessam sérias crises na implantação das economias de mercado.

Hoje, os EUA fazem campanha por investimentos no Leste Europeu para ajudar a estabilização das ex-economias comunistas e a criação de instituições democráticas.

Estas políticas emanadas dos centros de poder econômicos, com vistas a potencializar suas capacidades da condução das relações internacionais, têm agravado a dependência dos países pobres, com crises permanentes de endividamento, perpetuando-lhes a sujeição e transfor-

mando-os na periferia mundial. Alguns países conseguiram, com grande esforço e sofrimento de suas populações, galgar posições intermediárias entre os ricos e pobres como potências emergentes.

Assim, os países do "Sul", em determinadas condições, chegam a violar princípios essenciais de Direito Internacional para satisfazer as ambições do "Norte".

A moldagem de uma nova estratificação internacional do poder, de cuja realidade não se pode fugir, ao contrário, é necessária compreendê-la para definir, com precisão, o melhor veto de inserção, buscando-se resguardar a soberana liberdade de decisão de cada nação envolvida nesse processo.

Uma consequência direta desse modelo é a da fragmentação, ou seja, o acirramento do hiato entre os centros de poder econômico e a periferia.

## CAPÍTULO 2

### A NOVA ORDEM MUNDIAL EM QUESTÃO

#### SEÇÃO I - O CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO

Um dos reflexos visíveis da atual conjuntura é a interdependência das sociedades, estimuladas pela rapidez das comunicações e facilidades da informática, reduzindo distâncias, quebrando barreiras e gerando ambiente propício à conscientização da convivência em um mundo globalizado.

Vale a pena registrar que este não é um conceito novo, pois o primeiro movimento remonta do Império Romano, pois, enquanto os gregos filosofavam, os romanos articulavam seus domínios construindo estradas, impondo um sistema legal, difundindo sua cultura, disseminando o uso da moeda e protegendo o seu comércio contra a ação de piratas.

À era das grandes descobertas, nos séculos XIV e XV, prosseguiu-se o fenômeno da globalização, com o desvendamento de novos continentes, descortinando-se as fronteiras da Índia e da China.

A globalização deve ser compreendida, nos dias atuais, como ponto central das mudanças, que se operam no mundo, produzindo uma conjuntura complexa e, ao mesmo tempo, cujo verdadeiro fulcro é a integração dos mercados, explorados pelas corporações transnacionais, transformando o mundo numa "aldeia global".



Por enquanto, o que está verdadeiramente globalizado e ainda de modo imperfeito, porque reproduz e aprofunda as diferenças, são as formas de preponderância dos países do norte sobre os do sul, em função dos grandes contrastes financeiros, industriais, científicos - tecnológicas e outros relevantes.

Um dos aspectos que cada vez mais salta os olhos, nos dias atuais é a grande dificuldade de distinção o que é de fato assuntos internacionais e nacionais, invertendo indícios que apontam caminhos de interdependência ou assuntos internos e externos de cada Estado. Mesmo os assuntos relativos a problemas nacionais, claro, continuam sendo de extrema relevância para seus respectivos povos, porém, deixaram de comportar soluções efetivas e de caráter mais permanente na falta de um contexto mundial mais favorável.

As decisões governamentais, através das escolhas, no plano nacional, tendem a buscar, através da política, soluções que assegurem ao cidadão segurança e bem-estar, ou seja, o equivalente moderno de busca ao Santo Graal no tempo dos cavaleiros andantes. Muitos procuram e ninguém encontra. Os católicos, orientados pelas bulas papais sobre as dificuldades sociais no mundo, criaram partidos democratas cristãos com este objetivo. Esta é até hoje, a intenção dos governantes na procura de um ponto de

equilíbrio entre o capitalismo e o socialismo, a chamada "Terceira Via".

Este estado de bem-estar foi parcialmente desmontado nas décadas de 70 e 80 na Europa e Estados Unidos. Traduzidas em práticas econômicas, sem a intervenção do Estado nos mercados e pela eliminação de todas as proteções contra a pobreza.

O eleitorado mundial dos países industrializados reagiu à desordem estabelecida, elegendo os partidos atrelados a compromissos da "Terceira Via", conforme observamos nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, até em Portugal. Em breve, a social democracia alemã derrotará Helmut Kohl.

Para que isso tenha validade, em um crescimento econômico sustentável, é necessário que instrumentos eficazes sejam introduzidos como forma de desenvolvimento que beneficiem o homem, passando por cima de barreiras políticas dos Estados.

Para que a globalização possa avançar, dentro de critérios justos e equilibrados, deve prevalecer a criação de regras econômicas e comerciais claras, obedecendo a lei de livre mercado, sem protecionismo ou formas artificiais de cerceamento às economias mundiais.

As nações que se encontram, hoje marginalizadas e bloqueadas pelo uso unilateral do poder, têm alterado substancialmente o papel do Estado, com ênfase da ação

governamental, voltada para transformações estruturais, como forma de conseguir uma competitividade sustentável em escala global.

O grande desafio, na inserção internacional, em um mundo globalizado, pressupõe riscos, pois a competitividade é extremamente acirrada, necessitando um cuidadoso planejamento estratégico que evite dispersão de esforços e recursos.

Uma programação errônea, por certo, pela má avaliação de janelas de oportunidades e nichos estratégicos causa o perigo da fragmentação.

Para fazer frente a essas dificuldades, constantes da ordem internacional, há necessidade de um novo realinhamento das idéias, no sentido do desenvolvimento de formas de proteção coletiva como forma segura dos interesses comuns serem mantidos.

## SEÇÃO II - OS BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS

A consolidação econômica está substantivada na formação de grandes blocos econômicos, variando sua importância, no cenário internacional, de acordo com as características específicas de cada um. Nesse contexto, vale recordar o conceito de blocos econômicos, que são associações de países, em geral de uma mesma região geográfica ou mesma cultura ou acidente geográfico comum, que estabelece relações comerciais privilegiadas entre si.

No bloco americano, capitaneado pelos EUA, surge como sua face mais visível o Acordo de Livre Comércio da América Do Norte (NAFTA), em decorrência de um acordo de liberalização comercial entre os EUA e o Canadá ocorrida, em 1988, que posteriormente agregou o México, por pressões de sua população que buscava o mercado mais rico do norte.

O NAFTA ocupa um território de 20.881.660 Km<sup>2</sup>, com PIB aproximado de US\$ 8 trilhões e um mercado consumidor de 386 milhões de pessoas, em função de sua importância estratégica no cenário mundial, os EUA têm mantido conversações bilaterais, a despeito da influência atual que detém os organismos multilaterais, praticando, ainda, forte protecionismo comercial, exercendo pressões econômicas unilaterais e adotando processos de retaliações sem amparo em tratados internacionais.

Apesar de toda essa força, o presidente Bill Clinton tem encontrado grandes dificuldades na aprovação de acordos no Congresso Americano, pois a agregação mexicana promoveu uma forte concorrência de mão-de-obra e um forte aumento com gastos de benefícios previdenciários, ensino, etc. Em recente pesquisa do Wall Street Journal / NBC, de junho de 1997, foi mostrado que 43% dos norte-americanos tendem a pensar que o NAFTA teve impacto negativo para os EUA, dessa forma, a aprovação do "FAST TRACK", (instrumento pelo qual o Congresso Americano dá ao Poder Executivo a prerrogativa



de negociar, antecipadamente, com terceiros países sem prévia consulta), estará seriamente comprometida.

As ambições americanas, não param aí, buscam a ampliação de seus mercados, agora em direção à América Latina, com o objetivo da criação do Acordo de Livre-Comércio (ALCA) em todo continente.

Em fins de 1994, o diálogo tornou-se mais intenso, resultando uma assinatura da "Declaração de Líderes da Cúpula" das Américas em Miami, como prenúncio para a pretendida celebração. Tal assunto foi tratado recentemente, em Belo Horizonte, no Fórum das Nações, ficando acertada, em princípio, para o ano de 2005 sua consolidação, prevalecendo a posição defendida pelo Brasil, ante a intenção Norte Americana de concretizar esse bloco já a partir de 1999. Na verdade o Governo brasileiro pretende é estruturar fortemente os pressupostos comerciais e políticos do Mercosul, criando condições adequadas para que esse grupo possa vir a competir, de maneira equilibrada, com o poderoso mercado do norte, hoje representado pelo NAFTA.

A idéia de promover um maior intercâmbio intraregional, no âmbito dos países do Cone Sul é muito antiga, como forma de incluir, na pauta de exportações de produtos mais elaborados e com melhor competitividade.

Os primeiros passos para a integração do Cone Sul foram dados pelos Presidentes Sarney e Alfonsín que, com a Declaração de Iguazu, de 1985, criaram uma Comissão Mista



para estudar modalidades de integração econômica entre Brasil e Argentina.

Em 1991, o Uruguai e o Paraguai incorporaram-se às negociações, sendo assinado o Tratado de Assunção, através do qual os quatro países firmaram o compromisso de constituir o Mercado Comum do Sul, o Mercosul, no mesmo modelo do programa bilateral Brasil-Argentina.

É um mercado comercial com grande potencialidade, em função do número de consumidores, da ordem de 205 milhões, e capacidade de importação e exportação de aproximadamente US\$ 130 bilhões.

Além disso, as estatísticas oficiais da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) servem para demonstrar a grande potencialidade do Bloco: 29% da produção mundial de soja, 55% da exportação mundial de farelo de soja, 28% da produção mundial de óleo de soja, 13% da produção mundial de carne, 6,5 da produção mundial de algodão.

É certo, portanto, que o Mercosul não deve servir apenas como bloco comercial, mas produzindo benefícios para os cidadãos dos países membros do bloco, ampliando o mercado de trabalho e proporcionando melhor distribuição de renda.

O bloco europeu, através da Comunidade Econômica Europeia (CEE), iniciado no final da década de cinquenta, já alcançou o nível de mercado comum, possuindo um PIB de aproximadamente US\$ 7,3 trilhões, com uma população de 372

milhões de habitantes. A grande meta a ser buscada é a adoção da unidade monetária, o euro, que de acordo com o tratado de Maastrich, deverá ser implantado até 1999.

As dificuldades com déficits públicos e as taxas de inflação anual da grande maioria dos países europeus estão impedindo a referida meta. A vitória dos partidos socialistas alterou a prioridade pretendida e se volta para sanar um mal maior que é o elevado nível de desemprego e uma maior atenção aos valores sociais. A queda do governo francês de direita foi consequência dessa nova prevalência.

Já são verificadas aproximações entre os governos franceses e britânicos, buscando reduzir o papel de liderança da Alemanha, grande incentivadora da moeda única.

Em 1989, por iniciativa da Austrália, mas respondendo a desejos americanos e japoneses é criada a Cooperação Econômica, da Ásia e do Pacífico (APEC). Quatro anos mais tarde, adquiriu características mais estruturadas de bloco econômico, na Conferência de Cúpula de SEATTLE, nos EUA, tendo como compromisso transformar o Pacífico em área de livre-comércio. Entretanto, ante o forte protecionismo econômico praticado, foram adiadas para o ano 2000. As medidas que propiciarão a queda das barreiras comerciais na região, prevendo que tais providências ocorram de maneira gradativa, num período de 10 anos para países desenvolvidos e de 20 anos para as nações em desenvolvimento.

Vale a pena lembrar os recentes episódios, ocorridos com os países asiáticos, observa-se um forte declínio nos índices de crescimento do seu PIB. As dificuldades por que passam devido o forte déficit da balança comercial e a necessidade de desvalorização das moedas nacionais deixaram visíveis a fragilidade da economia dos "TIGRE", que já não revelam tantos atrativos para os especuladores como em anos anteriores.

Dessa forma, ainda não podemos vislumbrar com clareza os destinos que reservam à APEC.

Outros blocos regionais, como o CARICOM, que compreende todos os países caribenhos, exceto Cuba, alcança um PIB no valor de US\$ 15 bilhões, com uma população de aproximadamente 6 milhões de habitantes e com volume de importações / exportações no valor de pouco mais de US\$ 15 bilhões.

O MCCA, que engloba Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, apresenta um PIB de quase US\$ 30 bilhões, com uma população aproximada de 30 milhões de habitantes e com volume de importação /exportação da ordem de US\$ 15 bilhões.

Para os países dessa região, não só pela proximidade geográfica, mas também pela dependência política e militar dos EUA, é possível que a ALCA proporcionasse melhores condições de acesso ao mercado americano.

Na África, em 1992, em Windhoek, na Namíbia, os chefes de Estados de nove países da África Austral estabeleceram a Southern African Development Community (SADC), também intitulada como "África Austral", dando prosseguimento aos ideais ou independência econômica. Atualmente com 12 países membros, com uma população de aproximadamente 133 milhões de habitantes e um PIB combinado da ordem de US\$ 153 milhões, constituindo-se como um dos maiores mercados da África sub-sahariana.

Embora este bloco esteja em fase incipiente, em função das dificuldades oriundas das disparidades entre suas economias, estima-se que em pouco tempo, uma zona de livre comércio, com projeção internacional, se estabelecerá em um quadro que atenda aos seus anseios, ou seja, uma estratégia de emancipação econômica.

Na América do Sul, onde foi formado recentemente, o Grupo Andino, composto por Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela, está em fase de extinção, em função da admissão da Bolívia ao Mercosul. Há intenção da Venezuela, também em fazer parte do referido bloco.

O grupo Andino conta com um PIB de US\$ 214 bilhões e de uma população de aproximadamente 100 milhões de habitantes e movimenta entre importações / exportações quase US\$ 60 bilhões.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) foi criada para acelerar o progresso econômico da região. É



formada por sete países, com um PIB de US\$ 542 bilhões, e uma população aproximada de 429 milhões de habitantes.

Em 1992, foi assinado um acordo que prevê o fim das barreiras alfandegárias até 2008 no bloco. A crise financeira que explodiu, em julho de 1997, prejudicou as economias dos países membros, que nos últimos anos vem registrando altas taxas de crescimento.

A comunidade dos Estados Independentes (CEI) nasceu do fim da União Soviética. É uma confederação de Estados soberanos com vínculos entre si. É constituída por 12 países, com um PIB total de US\$ 145,9 bilhões, uma população de aproximadamente 137,20 milhões de habitantes.

No entanto, os acordos bilaterais têm sobreposto ao acordo, como o assinado entre Rússia e Bielorrússia.

A análise das características de tendência da nova ordem, com o fim da bipolaridade, provocou uma tríade de poder: o bloco norte-americano, o bloco europeu e o bloco asiático, conforme podemos observar na figura abaixo.





É claro que as relações políticas e econômicas entre esses grandes blocos não serão somente de cooperação, pois as rivalidades, disputas e pressões para conquista de mercados no sul e na própria área de influência de cada um continuarão a existir. As recentes tentativas do governo norte-americano de impor restrições à política de exportação de produtos japoneses para o mercado americano ilustra bem essas dificuldades.

Nota-se que a globalização, diante da importância da formação de estruturas regionais, atualmente formadas, recente-se de uma base mais sólida e de maior coerência de fatores responsáveis pelo desencadeamento do processo de integração dos Estados.

A formação desses complexos regionais é uma prova cabal de que em função de um processo, ainda aberto, visa a criação de espaços protegidos de uma suposta abertura comercial, produtiva e financeiramente sem limites.

A grande ameaça, com o fortalecimento desses blocos regionais, é a criação de áreas de forte protecionismo. Para que isso não ocorra, é necessário que a Organização Mundial de Comércio (OMC) promova negociações entre as partes envolvidas, como forma de integração regional, será um passo intermediário que conduzirá, no futuro, uma economia totalmente liberalizada e justa.

Enquanto isso não ocorre, é necessário que os países façam um balanço entre suas condições internas e as

conseqüências da chegada, de entidades externas, devido aos seus interesses, muitas das vezes não muito claros, principalmente quando se fala de parceiros ricos, sem considerar as pressões que estes impõem.

Sentimos, que aqui no Brasil, o preço da especulação, no ataque à nossa economia, quando capitais foram retirados, abruptamente, mostrando a fragilidade do nosso sistema, perante a ordem internacional, evidenciando a necessidade de se tomar medidas mais cautelosas quanto ao convívio com o mercado externo.

### SEÇÃO III - O BRASIL: INTEGRAÇÃO COM O COMÉRCIO INTERNACIONAL

As grandes transformações recentes ocorridas no cenário mundial deram margens, de maneira significativa, sobre o conceito de soberania. Nenhum país, hoje, abre mão deste direito, de tomar decisões que estime mais adequadas em suas relações com os outros Estados ou mesmo de sua atuação em organismos internacionais.

A partir dessa realidade, o Brasil emerge, na ordem mundial, de maneira a relacionar-se com a comunidade internacional, batizado pelos princípios de não intervenção, do respeito à autodeterminação dos povos, da não ingerência em assuntos internos de outros países e da promoção da solução pacífica de controvérsias.

À luz das transformações que se incorporam à convivência entre as nações surge o sentido da tradição de transparência, do diálogo e do espírito de cooperação que se constituem elementos basilares da diplomacia brasileira.

Para a consolidação dessas vontades, em condições sustentáveis, há necessidade da correção dos desequilíbrios regionais e sociais que ainda marcam a sociedade brasileira.

O perigo latente da fragmentação acirra os ânimos entre os centros econômicos do poder e a periferia, propiciando uma dinâmica, na globalização, que privilegie apenas os países do Norte e condene os países do Sul à regressão e à exclusão.

Neste contexto, o Brasil, insere-se no processo, por meio da regionalização, procurando estruturar-se em uma postura interativa entre os países diante da antinomia globalização/fragmentação.

No fenômeno de fragmentação, surge a articulação dos mercados estáveis protegidos contra os avanços dos competidores, tornando-se a ancoragem regional como fundamento para a inserção favorável em mercados mais amplos.

A conformação de uma nova ordem, baseada na participação responsável de todos os segmentos e atores sociais, que afetam seus destinos, torna-se tarefa urgente e inadiável.

Esse procedimento, implica na necessidade de os indivíduos unirem-se em torno de idéias, formulando visões alternativas, buscando-se imprimir inovadores mecanismos e empreendimentos de gestões das sociedades que facultem a redução dos desequilíbrios e desigualdades.

Isso de certa forma, somente será possível se houver um ambiente propício ao acesso às informações relevantes, redundando em meio de conscientização das populações, que lhes tragam benefícios para as suas vidas.

Constata-se que os blocos econômicos e agentes não governamentais participam com crescente capacidade de influência, na formulação da agenda econômica internacional.

O relacionamento político marcado pela postura bilateral entre os Estados deu lugar às relações dos interesses econômicos das nações mais ricas e industrializadas, conduzidas preferencialmente para a formação de organizações multilaterais, consubstanciadas em blocos econômicos, formados por interesses regionais ou sob a influência de aspectos fisiográficos ou cultural.

Para fazer frente ao avanço avassalador dos países mais desenvolvidos, numa concepção estratégica, no Cone Sul, surge o Mercosul, com o objetivo voltado para o projeto integracionista da região.

Aflito com os acordos fechados, que ferem fortemente sua política de submissão dos povos, os Estados Unidos



(EUA), através da estratégia de fragmentação, procuram desenvolver a desunião dos membros que compõem o Mercosul. Como o Brasil tem encabeçado todas as negociações entre o bloco econômico Sul, e a América do Norte, ou seja, é o nosso país que está na linha de fogo.

Há indícios de que sérias investidas serão lançadas sobre o fato de dividir-nos, que vão desde o aliciamento dos nossos parceiros para participar do NAFTA, até convites para figurar no Bloco Militar da OTAN. O Chile, por exemplo, acaba de mover-se para compra de armamentos estratégicos, aviões de última geração que afetam o equilíbrio militar na área. A Argentina é oferecida para ser aliado preferencial, não participante da OTAN. Isto significa o fornecimento de equipamento militar, treinamento, acesso a tecnologias bélicas de ponta, ficando o Brasil isolado. Sabe-se, perfeitamente, que o poder militar é bastante importante numa nação, mas o que se tem feito é uma estratégia de desintegração do nosso bloco econômico.

Não é compreensível essa deflagração da corrida armamentista gerada por pressões com gastos militares, quando todo o nosso esforço deve estar concentrado na estruturação do Mercosul, na amizade dos países do Sul, no combate ao desemprego, na solução dos graves problemas de renda e da questão social.

Um bloco econômico, das dimensões do Mercosul vem adquirindo, capacidade de competição com o NAFTA, a União



Européia e os países asiáticos, não podem ser desestruturados desta forma.

É necessário, portanto que os conceitos de parceria, interdependência e cooperação, sejam assimilados e sobre os quais não haja reflexão.

O Brasil tem que estar preparado, elaborando estratégias coerentes para atuação, além de utilizar sua habilidade diplomática para lograr sucesso nas negociações com seus parceiros continentais, além de alertá-los de forças exógenas que podem abalar a nossa estrutura regional.

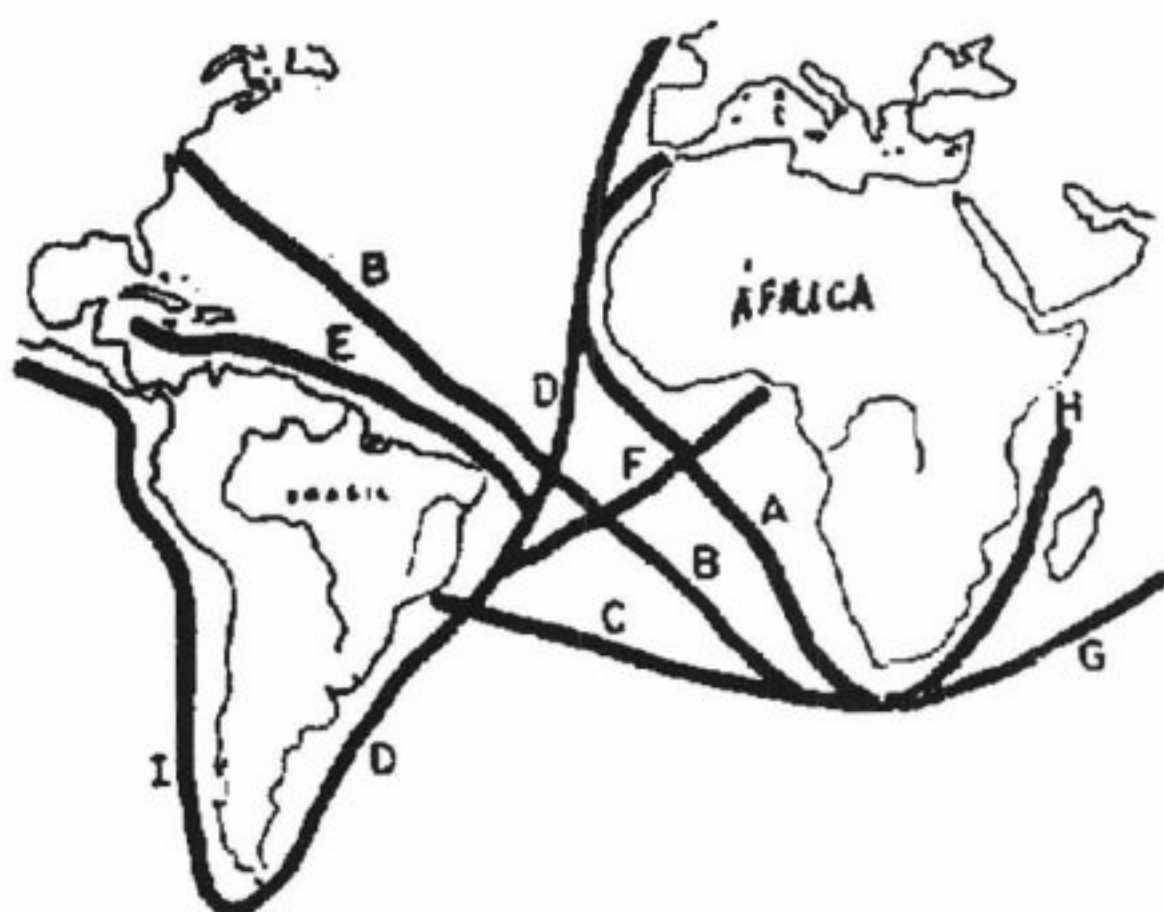
Numa concepção geoestratégica, deve-se pretender um projeto ainda mais ambicioso de integração, englobando toda a América do Sul, ou até mesmo a América Latina, buscando melhorar a inserção internacional da região.

É importante salientar que estas questões possibilitam ao Brasil um maior poder de barganha, propiciando uma posição mais vantajosa na economia internacional, compatível com a nossa situação de potência ascendente. Para tanto, faz-se necessário que o Brasil seja visto como um interlocutor de peso e confiável, resultando na necessidade de reforçar suas instituições principalmente pela inibição natural de países desenvolvidos ao patamar de primeiro mundo, permitindo aos países de terceiro mundo, somente, projetos de pequena envergadura.

Nesse sentido, o Atlântico Sul toma vital importância para o Brasil, devido ao aproveitamento de suas potencia-

lidades e possibilidades, proporcionadas pelo uso do mar. As promissoras perspectiva de acordo referente ao Mercosul, com desejável projeção para a África e evidentes interesses de nações extra-regionais, podem afetar o equilíbrio da região, apesar da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS).

Atualmente, o mais importante interesse marítimo internacional presente fica ressaltado pelo considerável fluxo do comércio marítimo que cruza suas águas em direção ou proveniente dos Oceanos Índico, Pacífico e do próprio Atlântico Sul para atender às necessidades da Europa, América do Norte e América do Sul, conforme demonstrado abaixo através das rotas oceânicas do Atlântico Sul (17:50).

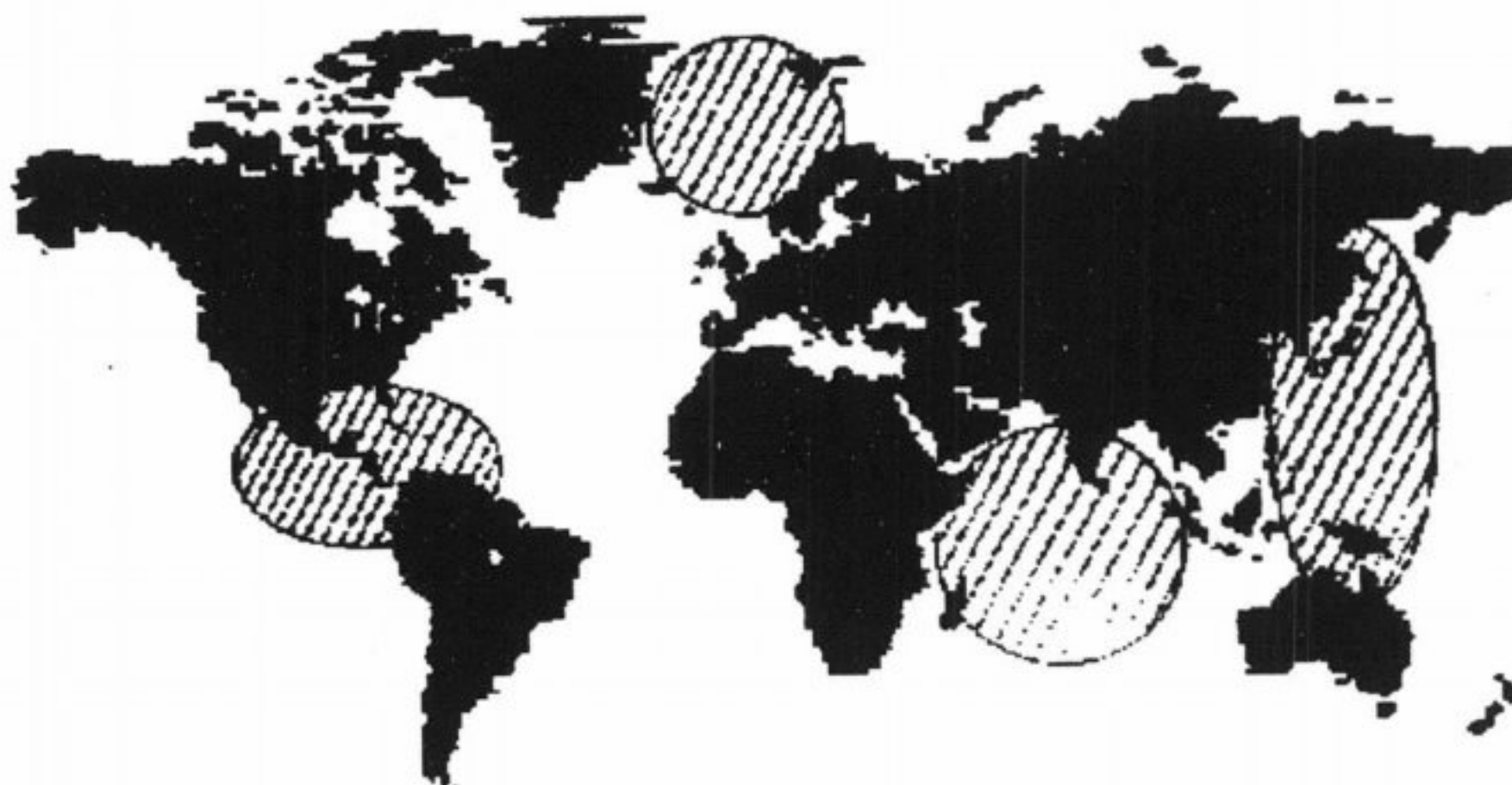


À medida que realizamos atividades, no Oceano Atlântico, que contribuem para o nosso desenvolvimento econômico de progresso, reduzindo as nossas vulnerabilidades externas, principalmente nos campos financeiros e tecnológicos, respaldando nossa soberania e integridade territorial, além de contribuir para o bem-estar social, vislumbramos a necessidade de que a estabilidade política e a paz reinem na região.

Em qualquer ordem mundial, o Brasil terá que reclamar o lugar que é seu, devido ao seu território, a sua população, a seu estágio de desenvolvimento, às suas imensas potencialidades. Há velha e segura tradição no tocante à paz. Não pode aceitar que decisões que afetem seu destino e sua vida nacional sejam tomadas, pelas grandes potências militares ou monetárias, sem que seja ouvida sua voz e consultados seus interesses. Tão pouco estaremos dispostos a sacrificar interesses legítimos, em deferência a um duvidoso princípio de interdependência.

As ações estratégicas empreendidas, pelos EUA, em todo o mundo, mostram, claramente, a crescente escalada de suas intenções na defesa de seus interesses, desde uma simples mostra de bandeira até o emprego violento do poder, passando por estágios de dissuasão, persuasão e coerção, naquilo que se convencionou denominar o emprego do poder militar, como bem mostra, a figura abaixo, a presença

americana em praticamente todos os recantos do mundo, com forças extremamente poderosas (17:61).



Podemos perceber que existe ainda, no Atlântico Sul, conforme figura abaixo, um grande vazio de poder, que cresce de importância e nos faz ver que, em breve, os EUA estarão presentes. Até pouco tempo atrás, a área do Atlântico Sul, era no contexto, da bipolaridade, e pela ótica das grandes potências, considerada periférica, excêntrica do eixo de projeção do poder e de interesse estratégico marginal (17:47).





O Brasil vem acompanhando atentamente e com interesse os acontecimentos, na região, principalmente pela possibilidade de se estabelecer formas efetivas de cooperação com a SADC, inclusive por intermédio do Mercosul. Os primeiros contatos já foram feitos, nesse sentido, com a vinda ao Brasil, em 1997 do Secretário Executivo da SADC, Dr. Kaire Mbuend, ocasião em que manteve encontros com membros do Governo, em Brasília, e com entidades empresariais em São Paulo.

Com a crescente importância da região, e preocupações na manutenção da paz, as ZPCAS tomam importância capital. Durante a IV Reunião Ministerial, realizada na Cidade do Cabo, os Estados Membros firmaram uma Declaração Final na qual ressaltaram as questões referentes à evolução de processo de paz em Angola, a cooperação para o combate ao tráfico ilícito das drogas, a proteção ao meio ambiente, a conservação dos recursos vivos marinhos, a desnuclearização do Atlântico Sul, e transporte seguro de material.

Um dos mercados, que emerge com grande potencialidade e de interesse para o Brasil é a África do Sul. Os presidentes Fernando Henrique e Nelson Mandela têm marcado as relações Brasil e África com expressivo relacionamento bilateral.

Em 1995, o intercâmbio comercial chegou à aproximadamente US\$ 600 milhões, e hoje, apesar das declarações de Mandela, de que o Brasil tem muito mais a dar à África do



Sul, estes possuem um estágio de melhor avanço, nas telecomunicações, com grande possibilidade de sucesso neste setor, em virtude do seu alto grau de capacitação tecnológica.

Uma forma digna do Brasil conseguir seu grau de desenvolvimento, é justamente esta, troca com países confiáveis que tenham alguma coisa para oferecer, sem perigo da coerção, imposta pelas grandes potências.

As telecomunicações, no momento atual, são de vital importância para o Brasil, e a de conseguir tecnologia de ponta, através de trocas comerciais com os sul-africanos, é de importante valor estratégico e caminho a ser conseguido em passos graduais de um desenvolvimento sustentável.

O atual secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), embaixador Ronald Sardemberg, prepara há dois anos, um trabalho sobre o que é estratégico para o desenvolvimento nacional dentro de um mundo globalizado do século XXI. E nesse estudo, elege a tecnologia como fator de preponderante importância e equilíbrio das relações entre os Estados.

## CAPÍTULO 3

### OS NOVOS RUMOS INTERNACIONAIS

#### SEÇÃO I - O DOMÍNIO TECNOLÓGICO

A evolução tecnológica, aliada às novas técnicas de produção, a partir de meados do século XX, tem exigido dos países, cada vez mais capacidade de adaptação e competitividade, traduzida na qualidade e produtividade, vem trazendo maior nitidez das diferenças entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, deixando fora aqueles abaixo da linha de exclusão tecnológica, passando o conhecimento a ser centro do poder mundial, deixando claro o fim das ideologias, principalmente, durante o período de Guerra-Fria, e o nascimento do monopólio das tecnologias mais avançadas, de modo a conduzir o relacionamento internacional sob o controle de poucos.

Não sendo mais o mundo bipolar e com o fim da Guerra-Fria, surge um mundo de desequilíbrio, com predominância dos países do Norte, muito mais industrializados e possuidores de grau de desenvolvimento bem maior que os países do Sul, mantendo uma hegemonia de forma absoluta, ditando regras de convívio internacional.

À medida que a tecnologia se tornou elemento-chave nas relações, há cada vez mais tentativas de privatizar o conhecimento, através de mecanismos de proteção à

propriedade intelectual, no sigilo, na exploração de vantagem do inovador. Isso tem levado a uma preocupação de que pode estar se tornando cada vez mais difícil para os países em desenvolvimento obter acesso a tecnologias mais avançadas.

Em 1990, surge a expressão "Apartheid tecnológico", utilizada por Jean Villars, na edição de 7 de setembro de 1990, do jornal francês L'Express.

"Apartheid Tecnológico" para Villars é não permitir exportações de tecnologias militares aos países não desenvolvidos, mas todo e qualquer tipo de tecnologia.

"Devemos negar ao terceiro mundo todas as tecnologias avançadas, excetuando-se apenas aquelas apropriadas a estes países".

Este mecanismo de monopolização inibe, de maneira significativa, o desenvolvimento dos países do Sul, evitando a evolução das sociedades, ou até mesmo forçando à regressão, servindo como instrumento desagregador ou como instrumento de dominação.

Um projeto de construção de uma civilização humana, que parta da exclusão de 4/5 da população ao acesso da economia de produção e ao consumo, é evidente que não tem qualquer viabilidade de se sustentar, pois com as novas exigências de qualificação indispensáveis para que as pessoas possam se tornar aptas a participar do novo ciclo

moderno, levando-as à condição de marginalidade, a todo e qualquer tipo do alcance do bem-estar social.

O desenvolvimento de uma política capaz de buscar uma capacitação tecnológica compatível com os padrões mundiais deve ser exigido dos Estados, dando ênfase a um sistema de educação e treinamento, que produz o capital humano técnico. É fundamental que essa política seja concebida em função da taxa de inovação e das modificações que possam ocorrer no tempo. "Não é suficiente, simplesmente, importar a tecnologia, pois quando ela tiver sido introduzida e suficientemente assimilada, os líderes terão avançado e a posição relativa dos países pode continuar a mesma ou pior do ponto de vista dos seguidores", (Freeman Apud Viana, 1994).

A transferência de tecnologia vai depender de como é encarada a questão do controle local versus controle estrangeiro, de disponibilidade de tecnologia, dos diferentes modos de aquisição, e da sua eficiência no uso desses modos (18:279).

Os Estados devem traçar políticas claras, com regimes regulatórios capazes de distinguir com clareza e traçar estratégias, na importação de tecnologia barata e eficiente, como forma de moldar suas estruturas com capacidade compatível do que lhe é exigida.

A difusão com eficiência, também é um dos componentes de vital importância para o desenvolvimento, pois se bem

feita, por certo, a curto prazo, trará alto retorno econômico, procurando encontrar estruturas capazes de absorver informações modernas de tecnologia, com capacidade de incorporação de maneira adequada.

A Guerra do Golfo mostrou ao mundo, claramente, a tecnologia a serviço da expressão militar, criando uma nova hierarquização militar global, no qual os Estados mais avançados estabelecem novas posturas para os outros Estados.

E nesse aspecto, mais uma vez, sobressaem-se reajustes de diretrizes geopolíticas, levando-se à regionalização, ou seja, à realização das Pan-Regiões de Haushofer, entre os "Estados Diretores" do "Norte" (espaços ativos) numa conjugação de espaços vitais do "Sul" (espaços passivos).

As desigualdades aumentam, ainda mais, quando a tecnologia é usada de maneira errônea, apenas para satisfazer a uma sociedade utilitarista e consumista, perseguindo competitividade e produtividade sem finalidade alguma, construindo um processo cada vez mais pernicioso na sua integração global.

Um novo conceito surge, a modernização, acompanhando noções de que o processo é o que interessa, principalmente para àqueles que ostentam maiores riquezas, satisfazendo um estilo de vida capitalista, e também representando o inter-relacionamento dos processos de desenvolvimento, definindo



uma fase de transição de uma sociedade tradicional para uma moderna sociedade liberal.

Há necessidade de regime regulatório, adotado pelo Estado, capaz de distinguir com clareza e traçar estratégias, na importação de tecnologia barata e eficiente e, depois adaptá-la às condições locais.

Um outro grande desafio para um país em desenvolvimento consiste na difusão com eficiência, pois se bem feita, por certo, a curto prazo, trará alto retorno econômico, desenvolvendo redes e instituições apropriadas capazes de absorver informações sobre tendências em tecnologia e mercado.

No campo militar, a tecnologia criou um novo campo de batalha e uma nova hierarquização militar global, no qual os Estados mais avançados estabelecem novos padrões tecnológicos para os outros Estados.

Sklair ,ao estudar o desenvolvimento das nações, identifica as seguintes "teorias do sistema global", que tiveram adeptos nesse século: Imperialista e neo-imperialista; modernizada e neo-evolucionista; neo-marxista, que inclui as teorias de dependência.

Dentre essas teorias, é interessante ressaltar a da dependência. Essa é uma teoria neo-marxista porque foi uma inovação conceitual desenvolvida pelos marxistas, quando na década de 50, no sistema capitalista e no chamado Terceiro Mundo, aonde ocorreram profundas mudanças.

Para os dependistas, nenhum crescimento seria possível porque as corporações transnacionais operam ativamente para subdesenvolver as nações periféricas.

Os mercados passam a tender cada vez mais, na qualidade da competição imperfeita, favorecendo aos detentores de capital e tecnologia, transformando a falsa competição que se transforma em monopolização ainda que aparentemente "legitimada" pela teórica "competição", passando a reger o mercado mundial.

Uma das formas de segurança, estabelecidas no momento atual, é a substituição de competição por cooperação, expandindo-se, ainda mais, as alianças entre os Estados.

Como forma de minimizar os efeitos desastrosos do processo de globalização, têm sido realizados esforços no sentido de formação de blocos, possibilitando uma postura política de maior peso específico nas relações comerciais internacionais.

Será difícil para estes países, que não estiverem compondo blocos, sua sobrevivência e estarão sujeitos ao processo de fragmentação.

Para fazer frente a esses desafios, é necessária uma postura de especialização regional, selecionando segmentos industriais para os quais haja estratégias, tendo em vista que a tecnologia desempenha papel fundamental, centrada na capacidade de produção e na inovação tecnológica.

## SEÇÃO II - AS NOVAS DIMENSÕES DE SEGURANÇA

Associadas a estas dificuldades, de caráter tecnológico, citada na seção anterior, incorpora-se um grande vazio, para um mundo de incertezas e previsibilidades.

Diante disso, com as mudanças ocorridas, no Leste Europeu, a OTAN redefiniu o seu papel, reduzindo a partir de 1991, em reunião de cúpula, as forças militares instaladas na Europa.

Já sob o novo enfoque da cooperação, expandindo-se para o campo militar, é inaugurado em 1994 um programa de parceria para a Paz, com objetivo de estreitamento das relações com os países, do extinto Pacto de Varsóvia e integração plena à OTAN.

Em 1996, os chanceleres dos países-membros marcaram julho de 1997, como início do processo de ampliação da OTAN. A Rússia interferiu no processo de aglutinação, opondo-se a essa resolução, diante do argumento de que tal fato ameaçaria sua segurança.

Mesmo sob a contrariedade russa, os líderes da aliança militar ocidental assinaram o acordo, que abriu caminho para a referida ampliação. A Ata de Cooperação, assinada em Paris, foi saudada pelo Presidente da França Jacques Chirac, marcando um novo rumo às relações internacionais.

Após esse período de conversações políticas e ajustes, entre os países, afloram disputas que se encontravam

reprimidas, como diferenças raciais e étnicas, revoluções políticas eclodem, à medida que as sociedades progridem, disputas territoriais sobre contenciosos fronteiriços continuam.

Na África, os países africanos consideram as fronteiras tribais mais importantes do que as que constam nos mapas, submetidos ao domínio das grandes potências, acabam perdendo sua identidade, não estabelecendo seus objetivos nacionais, tornando-se cada vez mais dependentes.

Esses mesmos países apresentam fragmentação cada vez mais evidentes, pois não possuem uma cultura política, fruto dos regimes que lhe foram impostos ao longo do tempo. Tais regimes são indiscutivelmente vulneráveis e por isso constantemente mutantes.

O fundamentalismo Islâmico tem ocupado cada vez mais espaço no cenário internacional. Tal fato mostra-se mais claro com os acontecimentos religiosos que marcaram a Argélia, provocados por lutas intensas, que ceifaram grande quantidade de vidas humanas.

O nacionalismo despertado em vários continentes, também, marcou presença no contexto mundial, exemplo disso foi a recusa das Repúblicas Bálticas, em se integrar à Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e as lutas separatistas no País Basco, na Irlanda do Norte, no Tibete e Timor Leste. Podemos incluir as novas condições políticas

alcançadas pela Escócia e pelo País de Gales que optaram pela autonomia de Londres.

O surgimento do terrorismo, embasados em causas políticas, e ligados a um forte sentimento nacionalista e religioso, empreendeu ações de modo a atrair a atenção do mundo e principalmente da mídia, mesmo quando os resultados afetam as vidas de inocentes.

Como exemplo mais recente, citamos o caso ocorrido em Lima no Peru, na embaixada do Japão, quando foram seqüestrados diplomatas estrangeiros com fortes repercussões.

Os narcotraficantes enfrentam as autoridades constituídas, movimentando recursos financeiros, muitas vezes maior que os orçamentos de algumas nações, sem controle algum dos órgãos governamentais. Aliado a isso, podemos observar que possuem armamento com um poderio invejável.

Outro perigo latente, que cresce sem controle, é o da ameaça nuclear, colocando em cheque a segurança, a paz e a estabilidade mundial.

Com o desmantelamento da URSS, o armamento nuclear ficou sem controle algum, e o que é pior, ficou em mãos de países com pouca importância mundial e com políticas ainda não definidas.

O meio ambiente e a preservação ambiental tomam corpo, e à medida que os países desenvolvidos exaurem suas reservas minerais, Há o perigo para os possuidores de



matéria-prima, pondo em risco a soberania de alguns deles, criando um ambiente angustiante para alguns.

Dentre esse espírito surgem as Organizações Não Governamentais (ONG), formada por livre-iniciativa, com características não lucrativas, desvinculadas completamente dos órgãos governamentais, autônomas e independentes, mas sem perder seu traço peculiar, o direcionamento político.

Os aspectos que acabamos de citar mostram com clareza a vulnerabilidade do sistema internacional na defesa de seus órgãos constituídos, pois os modelos clássicos de ameaças tornam-se difusos e de difícil percepção, causando grandes problemas de entendimento nas sociedades, pois não se conseguem estabelecer critérios que permitam a resolução dos problemas em curto prazo de tempo, havendo necessidade de uma revisão drástica, em todos os conceitos que regem o modelo existente, considerando aspectos de um mundo globalizado e de fácil interação.

A necessidade de consenso toma forma de importância capital na resolução dos problemas, pois em um amplo entendimento, em torno de objetivos fundamentais, que mobilize um sistema de cooperação, assistência recíproca e vontade política, nada poderá ser resolvido.

Ao nosso ver, a melhor forma de resolvermos este problema é a introdução de mecanismos de segurança coletiva regional com o fortalecimento das organizações regionais

que já existem, em um círculo de confiança mútua, criando um ambiente sustentável para que as diplomacias dos países membros fortaleçam os laços de entendimento com vistas a alcançarem objetivos comuns (36:45).

É importante que atuem como um bloco coeso, renunciando a qualquer tipo de contenciosos, estabelecendo metas, propiciando às suas populações uma política gradual de desenvolvimento, evitando o degradante estado de pobreza e miséria.

Atitudes como estas mostram a firme intenção de criar um investimento forte de dissuasão, pois qualquer tentativa de intervenção seria repensada em função da opinião pública.

É preciso estar atento às evoluções ideológicas dos países ricos em relação aos países pobres, pois os do "Norte" têm imposto aos do "Sul" um distanciamento cada vez mais evidente, permitindo-nos uma inferência de que a possibilidade de uma intervenção não pode ser completamente descartada, pois o "dever de ingerência" cada vez mais se encontra presente no grupo dos desenvolvidos.

A rejeição de um pacto militar entre os países já apresenta sinais evidentes de evolução, pois os que se uniram, através de blocos regionais, aceitam no campo militar uma forma de cooperação, considerado, hoje, por alguns especialistas, como sendo um primeiro passo para o fortalecimento das relações nesse campo.

Esse modelo de segurança requer que as instituições internacionais sejam fortalecidas, com amparo da opinião pública e que possua credibilidade, como forma de proteção contra as ameaças.

### SEÇÃO III - A ATUAÇÃO DA MARINHA

O peso da opinião da sociedade é grandemente fortalecida, nos dias atuais, pois, só entenderá a importância de suas Forças Armadas, quando se sentir ameaçada, cabendo-nos alertá-la, que não é possível construir um Força de um momento para o outro, indicando-nos que por um bom período de tempo, o Brasil continuará a ter um Poder Naval limitado, ainda que a Marinha seja considerada de "águas azuis".

O interesse dos Estados pelos recursos do mar sempre foi elevado, apresentando, já em 1970, questões do aproveitamento dos seus recursos naturais nas plataformas continentais, na Assembléia da ONU, pois foi levantado o conceito de "herança comum da humanidade". As nações ricas e desenvolvidas imediatamente adotaram esse conceito. O Reshaping the International Order (RIO), estudo publicado pelo Clube de Roma, em 1974, advoga que o exercício da soberania nacional sobre recursos naturais não era justo e que deveria evoluir para o de "soberania funcional". Esse novo conceito preconiza que teriam direito aos recursos

naturais as nações que deles o necessitam e não as nações em cujo território se encontram.

Em 1977, Henry Kissinger, ex-secretário de Estado do EUA, afirmava:

"Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta a um próximo do custo de relação de troca, pelo reajustamento correspondente dos seus produtos de exposição. Para tanto, terão, os países industrializados, que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos na consecução dos seus intentos".

Todo esse processo é sustentado pelos detentores do poder das nações centrais dirigidas às nações subdesenvolvidas.

A aceitação do discurso da globalização atinge frontalmente àqueles possuidores de reservas estratégicas, tornando-os cada vez excludentes do acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Nesse novo contexto moldado, os recursos do mar tomam forma, cada vez mais importante de reservas de que a humanidade poderá lançar mão.

À medida que a tecnologia avança, permitindo às nações usufruírem mais amplamente dos recursos oceânicos, por certo, novos conflitos aparecerão.

O cenário marítimo torna-se, desta forma, um palco de crises e conflitos cada vez mais freqüentes.

Segundo Gorshkov, mais de trinta guerras ou conflitos tiveram a participação direta das Marinhas de Guerra, depois do término da Segunda Guerra Mundial (50:16).

Com a entrada em vigor, da Convenção da Jamaica, exigindo atividades de orientação mais claras, quanto aos desdobramentos jurídicos que estabelece, como a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e o princípio da preservação sustentável de recursos vivos e não vivos da plataforma continental, vê-se a necessidade, cada vez maior, de que as nações que dependam do mar se previnam e façam-se dotar de um Poder Naval à altura de suas aspirações nacionais.

Em recente palestra, proferida na Escola de Guerra Naval, o Adido Militar da Marinha dos Estados Unidos, deixou clara as intenções americanas em estabelecer uma estratégia global, promovendo os seus interesses em todo o mundo.

Como podemos depreender, dessa política, altamente agressiva à soberania dos países que não ostentam tal poder fica ameaçada, quando os interesses das grandes potências forem contrariados, em sua parte ou no seu todo.

É bem possível que os assuntos relacionados ao Direito do Mar, ao passar dos anos, poderão não ser acatados pelos países que dele necessitem e tenham grande poder. A Convenção da Jamaica torna-se, assim, um ponto de percepção



para se vislumbrar determinadas intenções, necessitando que a Marinha do Brasil e o nosso Ministério das Relações Exteriores estejam atentos ao desenrolar dos assuntos tratados na referida Convenção.

A formulação, em termos amplos, da concepção de emprego do nosso Poder Naval, tanto em tempo de paz como de conflito e as ações a serem empreendidas pela Marinha, tendo em vista suas atribuições legais de sua competência, não enquadradas puramente no campo militar, incluindo o apoio à Política Externa, são necessárias a fim de se manter uma prontidão adequada para ser empregada, nas suas várias formas de atuação, inspirando credibilidade quanto ao seu emprego e que os meios proporcionem demonstrações de força, quando e onde for oportuno.

A interação com as outras Marinhas do continente é de vital importância, como forma de preservação da integridade do âmbito regional, proporcionando o estabelecimento de uma Política de Segurança e Defesa Comum, principalmente entre os países do Mercosul.

O estreitamento dos laços do poder militar e os políticos devem ser de tal forma, que caminhem em direções convergentes, como forma de se obter maior poder de atuação e credibilidade.

O Departamento de Defesa dos EUA, com a recente transformação do ambiente internacional, salientou a necessidade de enfrentar os desafios para um futuro

incerto, com presença marcante de suas forças, em intervenções rápidas, quando os seus interesses não estiverem de acordo com o planejamento de sua política.

Ao contrário do que ocorre com as grandes Marinhas, que conhecem, perfeitamente, o imenso potencial da política, as de menor porte costumam restringir-se a áreas de operações de suas forças navais ao próprio território ou águas próximas. Esse comportamento deixa claro, que muita coisa ainda há por se fazer, esquecendo-se de alguns princípios básicos, com a simples mostra da bandeira, que representa importante forma de levar um país a lugares longínquos, fortalecendo sua crença em um poder com capacidade de atuação a grandes distâncias, elevando a motivação de suas tripulações, a forma de justificar o próprio ser das forças navais, além de testar seu sistema de apoio logístico.

Não se esquecendo que o credenciamento, desse poder, em relação às comunidades marítimas, é por meio de sua capacidade de projeção.

Sabemos que a Marinha brasileira é uma potência marítima regional de porte médio, com capacidade limitada para cumprir suas tarefas básicas e suas atribuições constitucionais, encontrando grandes dificuldades na obtenção de recursos financeiros, para mantê-la em um estado de aprestamento que possa atender às aspirações nacionais. O Ministério da Aeronáutica também passa por

estes mesmos problemas, e como forma de minimizar os efeitos da falta de aporte de recursos financeiros para o fortalecimento do poder aeroespacial brasileiro e a necessidade de agregar conhecimento e desenvolvimento tecnológico de grande efeito multiplicador, passou a adotar, através da Portaria N° 853/GM-2 de 18 de dezembro de 1991, uma Política de Compensação Comercial Industrial e Tecnológica.

Temos observado o grande esforço da Marinha, no fortalecimento da infraestrutura científica e tecnológica, a consolidação de núcleos de excelência, a formação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento. Aliado a isto, o incremento dado em ARAMAR, para a realização completa do ciclo de combustível nuclear, por certo a colocará em posição de destaque nos próximos anos.

A incorporação futura do submarino nuclear de ataque permitirá, por certo, um meio dissuasor de peso, capaz de impedir que eventuais potências estrangeiras venham pôr em cheque a soberania nacional, e permitindo, também, a participação do país no cenário mundial com voz ativa.

O desenvolvimento de uma política como esta, em consonância com os interesses nacionais, ativa a consciência marítima, em todos os segmentos da sociedade brasileira, consolidando o pleno conhecimento da importância do uso do mar, bem como projetando a relevância da Marinha no contexto do seu papel constitucional em defesa da pátria.

Mesmo diante de um quadro conjuntural de dificuldades,

trazendo reflexos à sua própria operacionalidade, e com possibilidade de se obter novas destinações como: o combate ao narcotráfico, defesa do ecossistemas, segurança pública, através de apoio logístico e de informações.

A Marinha tem mantido um relacionamento harmonioso com a sociedade, contribuindo para o atingimento dos objetivos nacionais, que são vitais para a nação.

## CAPÍTULO 4

### CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas nos últimos cinquenta anos marcam profundas transformações no sistema internacional. Transitamos pela prevalência das disputas de poder e dos interesses estratégicos das duas superpotências na determinação dos rumos da política internacional, para um cenário muito mais complexo, no qual coexistem formas de hegemonias tradicionais com novas dimensões do poder, pela emergência de novos atores e temas diversificados.

O fim da Guerra-Fria marca um processo de reacomodação das forças. O surgimento de um ambiente internacional indefinido e instável gerado pela falta de correspondência entre os centros de poder estratégico-militar, político e econômico, cuja evolução ainda é difícil de se prever, torna obsoleta as generalizações simplificadoras decorrentes da bipolaridade ideológica e militar.

Os conflitos localizados ocorridos atualmente, em quase todos os continentes, o recrudescimento de extremismos étnicos, nacionalistas e religiosos, bem como o fenômeno da fragmentação observado em diversos países, tornam evidente o fato de que continuam a ter relevância os conceitos tradicionais como soberania, autodeterminação e identidade nacional.



No campo econômico, a evolução é ainda mais significativa, com o surgimento da globalização e regionalização. É nessa fase de transição, em que se estabelecem novas regras políticas e econômicas de convivência entre as nações, caracterizada pela ausência de paradigmas claros e pela participação crescente de atores não governamentais.

Sob a ótica econômica, os processos especulativos põem em risco a estabilidade econômica dos países diante da possibilidade de uma súbita sangria em suas reservas, cujos exemplos marcantes e recentes foram as sérias dificuldades de alguns países da Ásia.

Em que pese o seu componente de homogeneização, o processo de globalização é fomentador de assimetrias e desequilíbrios entre as sociedades e dentro delas, tornando-se a gestão do sistema internacional muito mais difusa e complexa.

Nesse cenário, a regionalização representa uma das principais modalidades de defesa, apresentando-se sob diferentes modelos, porém, em todos, buscando sempre uma postura interativa entre os países, diante das incertezas da antinomia globalização/fragmentação, que, diante da competição internacional, torna a ancoragem regional como fundamental para participação em mercados mais amplos.

O surgimento dos blocos ou espaços economicamente integrados que configuram o mapa da economia mundial é,

portanto, uma expressão da globalização, e não uma tendência contrária a ela.

É essencial que as iniciativas regionais sejam estruturadas explicitamente, no sentido de realçar sua compatibilidade com as metas globais, e que sejam concebidas, não como fins em si, mas com arranjos que levem os países participantes na direção de um comércio global mais livre. As iniciativas não devem ser realizadas isoladamente pelas partes, mas como integrantes de uma estratégia mais ampla.

O Brasil reconhece que o caminho mais seguro até o núcleo dinâmico das relações internacionais é o desenvolvimento. Pleiteia, no plano externo, uma nova ética que favoreça a integração, penalize o protecionismo e as práticas discricionárias e promova crescente cooperação internacional sob os princípios da igualdade e do respeito mútuo, promovendo aproximação com os países do continente, e, em consequência, adquirindo maior projeção.

O fortalecimento de seus laços com membros do Mercosul, resultado de uma ação diplomática positiva e concreta, além de uma postura de líder neste complexo regional, faz do nosso país o representante sul-americano junto a outros continentes, em matéria de negociação.

Também merece destaque, por contribuírem de modo significativo para o desenvolvimento sustentável dos países, a tecnologia. A dependência tecnológica de uma

nação é uma forma de subordinação externa, decorrente da ausência de condições próprias para solucionar adequadamente os seus problemas.

Tal tarefa é por demais árdua e muito cara, aos moldes do que aplica hoje com sucesso no Ministério da Aeronáutica. A Marinha poderá introduzir, a título de sugestão, uma política de Acordo de Compensação durante a confecção de contratos internacionais, com cláusulas contratuais que contribuam de forma significativa na sua modernização de métodos e processos, aquisição de tecnologia de ponta, além de contribuir para a expansão do Parque Industrial Naval, aumentando sua capacidade de produção e competitividade, sem gasto de recursos financeiros da Nação que já são bastante escassos.

Não podemos esquecer a política praticada pelas grandes nações sobre o poder de ingerência, onde mecanismos são empregados independente da vontade dos conflitantes. Mais uma vez vimos nossa idéia reforçada, que estamos diante de critérios estabelecidos pelas Pressões Dominantes do Norte.

Em face da entrada em vigor da convenção da Jamaica e as novas responsabilidades de cada país, o mar torna-se, fatalmente, um incremento no desenvolvimento das oportunidades econômicas do potencial do espaço marítimo, e a despertar interesses estrangeiros, exigindo meios navais

cada vez mais presentes na vigilância e na fiscalização dos direitos reconhecidos pelo Direito do Mar.

Finalmente, por tudo que estudamos e identificamos, em nosso trabalho, por trás do conflito Leste/Oeste, prevalecia um acordo geral sobre a idéia de um só mundo e da superação dos atrasos. A ideologia de hoje, que opõem os países do Norte ao do Sul, ao contrário, aceita e agrava a Divisão Norte-Sul. Ao constatarmos não um, mas dois mundos, ela transforma as prioridades e inaugura uma nova história, com disparidades de toda ordem, aumentando, desproporcionalmente, o desenvolvimento do Norte, deixando o Sul à sua própria sorte.

A Guerra do Golfo, colocada numa perspectiva mais ampla, prefigura uma nova organização para o planeta, como querem aqueles que dominam o mundo. Ao evocarem Sadham Hussein, tiveram o cuidado de se dirigir mais do que a ele, mas a todos que se sintam tentados a violar às regras internacionais impostas. A ideologia dessa nova ordem é a do direito, liberdade, respeito ao ser humano, em suma a civilização e, do outro lado: a agressão, a destruição, a violência, a fome e a miséria.

Ao aceitar esse pacto de separação se instalará, com toda a legitimidade um "apartheid" mundial.



## BIBLIOGRAFIA

1. ABDENUR, Roberto. O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação. Política Externa, São Paulo, v.2, n. 33, p.433-69, dez.1993.
2. AGUIRRE, Mariano. A projeção militar do Ocidente em direção ao Terceiro Mundo. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.6, n. 12, p. 833-95, jul./dez. 1990.
3. AMORIM, Celso L. N. O Brasil e a ordem internacional pós golfo. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 25-34, jan./jun. 1991.
4. ARON, Raymond. La paix et la guerre. Paris: Grasset, 1962.
5. ARBATOV, Georgi. O novo ordenamento mundial. In: A nova ordem mundial em questão. Rio de Janeiro: José Olympus, 1993. p. 78.
6. ARRUDA, Antonio de. Aspectos da política externa brasileira. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 29, p. 73-78, out. 1994.
7. BATISTA, Paulo Nogueira. Nova ordem ou desordem mundial. Política Externa, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31-41, jun. 1992.
8. BIZZOZERU, Lincoln J. Estado e espaço no surgimento de um processo de integração. Os casos do Mercosul e da Comunidade Européia. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 14, n 1, p. 91-107, jan./jun.1992.
9. BRAUCH, Hans Gunter. As Nações Unidas e as organizações regionais. Uma contribuição ao sistema de segurança coletiva: o caso europeu. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 16, n 2, p. 209-248, jul./dez. 1994.
10. BERGSTEN, C. Fred. América in the world economy: a strategy for the 1990s. Washington: Institute for International Economics, 1988.
11. BRASIL. Instituto de Logística da Aeronáutica. A-830. Compensação OFF SET. Guarulhos 1997. p. 2,3,5,15.
12. BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219 A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.



13. CARRANZA, Mário E. Segurança regional e integração econômica na América Latina e no Sudeste Asiático: um estudo comparado. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1 p. 57-95, jan./jun.1993.
14. CASTRO, J. A. de Araújo. Fundamentos da paz internacional: balança de poder ou segurança coletiva. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 133, n. 49/50, p. 7-23, mar./jun. 1970.
15. CASTRO, Jelcias Baptista da Silva. Os poderes marítimos dos EUA e da CEI. Rio de Janeiro: EGN, 1995. Palestra proferida na EGN em 31 mar. 1995.
16. COSTA, Luiz Sérgio Silveira. A complexa nova ordem mundial. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3337-54, 1994.
17. CYRINO, Roberto de Oliveira. O Atlântico sul e os interesses brasileiros. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1993. 54p.
18. DAHLMAN, Carl. Os países em desenvolvimento e a terceira revolução industrial. In: A nova ordem mundial em questão. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. P. 278-279.
19. FUKUYAMA, Francis. The end of history, {s.l} The National Interest (verão 1990).
20. FONSECA JÚNIOR, Gélson, CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. (Org.). Temas de Política Externa Brasileira II. São Paulo: Paz e Terra, 1994. V. 1 e 2.
21. FRAZÃO, Sérgio Armando. Desenvolvimento econômico e expansão no mundo de hoje: o conceito de segurança coletiva. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55/56, p. 123-132, set./dez. 1971.
22. GILPIN, Robert. War and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
23. GADDIS, John Lewis. The long peace: inquiries into the History of the Cold War. Nova York: Oxford University Press, 1987.

24. HALLIDAY, Fred. A guerra fria e seu fim: consequências para a teoria das relações internacionais. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 53-73, jan./jun. 1994.
25. HIRSCHMAN, Albert O. Será o fim da guerra fria um desastre para o "Terceiro Mundo"? Política Externa, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 11-16, mar. 1993.
26. HALE, David. The world economy after the russian revolution or why the 1990s could be the second great age of global capitalism. Kemper Securities Ind. Special Report, {s.l}:({s.n}), 1991.
27. HUNTINGTON, Samuel, London, 'America's changing strategic interests', Survival, {s.l}, jan./fev. 1991.
28. HARRIS, Nigel. The end of the Third World. Londres: Penguin Books, 1986.
29. HEILBRONER, Robert. America's silent depression. Review of Books, New York, 24 de out. de 1991.
30. HOFFMANN, Stanley. Janus & Minerva. Boulder, Colorado: Westview Press, 1987.
31. KEOHANE, Robert. After hegemony: cooperation and discord in the political Economy. Princeton University Press, 1984.
32. KAPLAN, Morton. System and process in international politics. Nova York: Krieger, 1975.
33. KENNEDY, Paul. The rise and fall of the great powers. Nova York: Vintage Books, 1989.
34. KEOHANE, Robert. The theory of hegemonic stability and changes in international economic regimes, 1967-1977, em Holsti, Ole et al. Change in the international system. Boulder: Westview Press, 1980.
35. LAGO, Antônio Corrêa do. Segurança coletiva e uso de força operações de manutenção da paz legítima defesa. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1969. Conferência proferida na EGN em 21 out. 1969.
36. McNAMARA, Robert. A nova ordem internacional. In: A nova ordem mundial em questão. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 45.

37. MARTINS, Luciano. Introdução. In: A nova ordem mundial em questão. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 14.
38. MACIEIRA, Flávio Helmold. O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma abordagem política. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 337, n. 1, p. 121-133, 1994.
39. MATTOS, Carlos de Meira. A missão de nossas Forças Armadas na perspectivas da nova ordem internacional. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 51-54, 1992.
40. MEIO, André Baker. A grande crise. A nova ordem internacional dos anos 80 aos 90. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-159, jan./jun. 1993.
41. MONETA, Carlos J. Alternativas de integra no contexto da globalização. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 97-118, jan./jun. 1993.
42. MOURA, Géron. O fim da guerra fria: fim da guerra fria? Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 127-134, jan./jun.1992.
43. MORGENTHAU, Hans Politics among nations. Nova York: Alfred Knopf, 1973.
44. NEVES, Carlos Augusto R. Santos. O sul e a nova ordem internacional. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 75-90, jan./jun. 1992.
45. NONAKA, I. 'Creating organizational order out of chaos: Self-renewal in Japanese Firms', Management Review, Carlifórnia, v. 30, h.s, 1988.
46. OCDE (Org.). Technology and productivity: the challenge for economic policy. Paris: OCDE, 1991.
47. OLSON, Mancur. The rise and decline of nations regidities. New Haven: Yale University Press, 1982.
48. OMAN, Charles e Barros, Octavio. Trends in Global FDI and Latin America paper prepared for The Inter-American Dialogue meeting, Washington, [s.n.], 18-20 de dezembro de 1991.
49. OSTRY, Sylvia. Lessons from the Triad. {s.n.t.}

50. PINTO, Paulo Lafayette. O emprego do poder naval em tempo de paz. Rio de Janeiro: SDGM, 1989.
51. RUFIN, Jean-Christophe. O império e os novos bárbaros. Tradução de André Amado. Rio de Janeiro: Record, 1991. P.117, 154. Tradução de: L'empire et les novecux barbares.
52. TEECE, D.; Pisana, G. e Shuen, A. Firm capabilities, resources, and the concept of strategy, Califórnia, University of California at Berkeley, 1990, mimeo.
53. UNIVERSITY of Michigan Industrial Development Division. Institute of Science and tecnologia, Automotive body tooling and manufacturing effectiveness. Japan: {s.n.}, 1988, mimeo.
54. WOMACK, J. P. JONES, D.T. e Ross, D. The machine that changed the world, [s.l.]: Harper, 1991.
55. WALTZ, Kenneth. Theory of international politics. [s.l]: Addison-Wesley, 1979.
56. \_\_\_\_\_. Perspectiva do Brasil. Política Externa, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 133-142, dez. 1993.
57. \_\_\_\_\_. EGN-215 A. Guia para elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro, 1981.







